

O Investimento Social Privado e os Fundos Patrimoniais:

Um Estudo de Caso
Sobre o Desenvolvimento
do Endowment da Fundação
O Boticário de
Proteção à Natureza



Agradecemos:

- A toda a equipe da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza pela colaboração e disponibilidade no fornecimento das informações;
- E a sempre pronta colaboração de Eduardo Szazi.

Realização:



| GIFE | GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS | BRASIL |



Índice

Apresentação	3
A Importância dos Fundos Patrimoniais	6
Introdução	9
Histórico e Informações Institucionais	10
Definição e Origem	10
Programa	12
Recursos Humanos e Financeiros	14
3. Informações Financeiras	16
4. Em Busca de Sustentabilidade	19
5. Diversificação de Fontes de Receita	23
6. Gerenciamento do autofinanciamento	25
7. Políticas e Cenário Regulador	26
8. Conclusões e Recomendações	28

Apresentação

Mensagem ao Leitor,

Garantir a sustentabilidade financeira é um dos grandes desafios enfrentados pelas organizações do terceiro setor no Brasil e no mundo. Captação de recursos, venda de produtos, prestação de serviços e campanhas de incentivo a doações são algumas das estratégias utilizadas por essas instituições para manter vivos seus projetos e sua operação na área social.

Recentemente começou a ser utilizada no Brasil, principalmente por fundações, uma nova alternativa nesse campo: os fundos patrimoniais, denominados no exterior de endowments. O objetivo principal da criação desses fundos é a geração de dividendos que possam manter, sem muitos sobressaltos, a organização funcionando e operando.

Muito comum na Europa e nos Estados Unidos, onde já se tem acumulada uma vasta experiência sobre o tema, a criação de fundos patrimoniais ainda não está disseminada no Brasil. Ao contrário. Por desconhecimento das vantagens deste mecanismo para a perenidade, tanto das organizações como de seus projetos, o desenvolvimento de fundos patrimoniais encontra resistências localizadas de alguns setores brasileiros.

Unindo o conhecimento do GIFE sobre a realidade do terceiro setor brasileiro e do Instituto Synergos sobre a experiência norte-americana no desenvolvimento de endowments, esta publicação tem como objetivo demonstrar que é possível experimentar com sucesso essa prática no Brasil. Para tanto, escolhemos, analisamos e apresentamos um caso genuinamente brasileiro de desenvolvimento e implantação de fundo patrimonial: a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

Temos a expectativa de que essa experiência sirva de estímulo, especialmente para outras fundações de origem empresarial, contribuindo assim para a perenidade das ações sociais desenvolvidas pelos investidores sociais privados brasileiros.

Boa leitura!

Rebecca Raposo

Diretora Executiva - GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Candace A. Lessa

Representante do Instituto Synergos no Brasil

Prefácio

A Importância dos Fundos Patrimoniais

Por Eduardo Szazi

As fundações são patrimônios destinados a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquirem personificação jurídica por iniciativa de seus instituidores. Assim, abstraímos que a principal característica de uma fundação é a afetação de um patrimônio a um fim específico: uma causa pública. Esta afetação é indelével, não só porque a fundação é constituída por escritura pública, mas também, e principalmente, porque o patrimônio destinado à causa adquire personalidade jurídica, tornando-se distinto de seu instituidor, que não mais lhe terá domínio.

O patrimônio, portanto, é a essência de uma fundação, pois é a força motora de seu propósito público, mantendo suas atividades em benefício da causa coletiva que lhe foi designada. É, ao mesmo tempo, livre e escravo, senhor que é de sua propriedade (pois as fundações pertencem a si mesmas) e servo de sua causa (pois não podem modificá-la). Dessa forma, os administradores de uma fundação têm ante de si uma difícil tarefa: assegurar a aplicação dos recursos fundacionais na causa, ao mesmo tempo em que devem preservar a força da fundação, para atuar perpetuamente em benefício daquela mesma causa. Gastar tudo é negar à causa o direito de ser protegida no futuro; gastar pouco é negar-lhe proteção no presente.

Eduardo Szazi,
advogado, consultor
jurídico e sócio emérito
do GIFE, tem larga
experiência no
assessoramento
de fundações, institutos
e organizações com
atuação na área social.

A manutenção de fundos patrimoniais capazes de gerar recursos que assegurem níveis satisfatórios de ações presentes em benefício da causa, ao mesmo tempo em que preservam sua capacidade de investimento futuro é a meta a ser alcançada. A fórmula contempla, consequentemente, a necessidade de auferir rentabilidade do patrimônio, o qual costumeiramente se dá pela sua alocação em investimentos de baixo risco, que não comprometam o capital, tal como imóveis de aluguel ou aplicações financeiras de baixo risco, como os atuais fundos DI lastreados em títulos públicos.

O próprio Código Civil de 1916 já apontava nesse sentido, pois previa em seu artigo 25 que, quando insuficientes para constituir uma fundação, os bens doados seriam investidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos ou novas dotações, perfizesse capital bastante. Fazer crescer o capital, portanto, era a diretriz. Em âmbito internacional, lembramos o modelo norte-americano, que determina a aplicação mínima de 5% do patrimônio das fundações em sua causa, autorizando os administradores a buscar, dentro de seu portfólio de investimentos, uma rentabilidade superior, que contemple o investimento mínimo legal e a perpetuidade da fundação. A França, a seu turno, autoriza a aplicação de 10% da renda anual de uma fundação na constituição de um fundo patrimonial, enquanto a Itália determina que suas fundações diversifiquem o risco de seus investimentos, de modo a assegurar um adequado retorno financeiro e a aplicação mínima de 50% de suas rendas em atividades de interesse público.

Os fundos patrimoniais são, portanto, intrínsecos à natureza das fundações. Negar sua existência é tolher a capacidade de investimento em benefício de causas públicas. Se a fundação, quando de sua criação, não recebeu recursos suficientes para assegurar sua independência econômica plena, nada a impede de suprir essa deficiência, adotando uma política de destinação de parcela de suas rendas para a constituição de um fundo patrimonial, nos moldes do modelo francês. Assegurar à causa a sua proteção ou promoção permanente é a verdadeira razão de existir de uma fundação. Tudo o mais é incompreensão de seu relevante papel social.

Introdução

É crescente o número de fundações e institutos de origem empresarial que tem surgido no Brasil nos últimos anos. Tratam-se, em geral, de organizações mantidas por doações anuais ou mensais de seus instituidores e que não contam com nenhuma reserva técnica para garantir o prosseguimento de suas atividades, na eventualidade de as mantenedoras deixarem de comparecer com a dotação esperada.

A falta de respaldo financeiro próprio coloca os institutos e as fundações empresariais – em regra tão privilegiados no que se refere a domínio de *know-how* e desenvolvimento de tecnologia de ponta na área social – em situação de grande vulnerabilidade. Sua intervenção social, que é tipicamente de médio ou longo prazo, pode ficar, assim, ao sabor das oscilações do mercado.

O estudo de caso a seguir conta a trajetória da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, que desde 1996 trabalha de forma intensa pela busca de maior autonomia financeira. A organização adota um conjunto de medidas que inclui a constituição de um fundo patrimonial ou *endowment*, um mecanismo de sustentabilidade que no mundo das fundações norte-americanas costuma nascer junto com a instituição.

Histórico

e Informações Institucionais

Definição e origem

Criada em 1990, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza é uma organização sem fins lucrativos que atua no financiamento e na disseminação de ações no campo da conservação da natureza no país e também opera projetos próprios na área. Sua missão é “promover e realizar ações de conservação da natureza para garantir a vida na Terra”.

Com sede na cidade de Curitiba, Brasil, a instituição é a principal expressão da política de investimento social privado de O Boticário, fabricante de produtos de perfumaria, cosméticos e higiene pessoal, empresa genuinamente brasileira e de capital fechado fundada em 1977. Segundo a edição 2002 do Balanço Anual da Gazeta Mercantil, O Boticário é a terceira maior empresa de perfumaria do país, com uma receita líquida de R\$ 251,2 milhões em 2001.

O Boticário atua sob a diretriz de compatibilizar desenvolvimento social e econômico com a proteção do meio ambiente, e suas linhas de produtos privilegiam a utilização de insumos naturais. A distribuição da sua marca se dá por meio de uma rede de lojas próprias e de franquias que ultrapassa 2.500 pontos de venda e se estende por Japão, Bolívia, México, Paraguai, Peru e Portugal.

A Fundação O Boticário, como é conhecida, nasceu do desejo da sua mantenedora de empreender ações de caráter conservacionista como demonstração da sua responsabilidade social com a comunidade. Na prática, a Fundação transformou em realidade os ideais de respeito à natureza aportados à empresa O Boticário por Miguel Gellert Krigsner, seu presidente e instituidor, bem como a visão de que preservar o meio ambiente para as futuras gerações é fundamental.

A bem da verdade, Krigsner rememora que as fontes de inspiração para a criação e definição do foco de trabalho da Fundação começaram a surgir bem antes de a empresa ser constituída. Ainda estudante, ele assistiu a uma palestra do ambientalista gaúcho José Lutzemberg em defesa da preservação da natureza e sensibilizou-se com o tema. Krigsner também tivera contato com a organização israelense Keren Kayemeth Lelsrael¹ (KKL) e ficara impressionado com suas realizações – a KKL recupera áreas em Israel desde 1901 e já plantou mais de 200 milhões de árvores naquele país. Mais tarde, com a empresa O Boticário já em funcionamento, veio o terceiro vetor motivacional: seus clientes associavam a marca à conservação do meio ambiente e repetidamente solicitavam à empresa o financiamento de projetos na área.

Com o auxílio de uma consultoria especializada, O Boticário partiu para identificar a melhor maneira de contribuir. O resultado foi a institucionalização de uma entidade autônoma, que abraçou a causa com dedicação exclusiva: a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

1. Mais informações sobre a Keren Kayemeth Lelsrael podem ser obtidas no site www.inisrael.com/kkl.

Programas

A Fundação O Boticário iniciou suas atividades com o **Programa de Incentivo à Conservação da Natureza**, que se desdobra nas linhas de atuação Unidades de Conservação, Pesquisa e Proteção da Vida Silvestre e Áreas Verdes. O programa patrocina projetos de criação, implantação e manutenção de unidades de conservação, bem como projetos de pesquisa e proteção de habitats e de espécies e populações silvestres importantes ou sob risco. Concede apoio, ainda, a projetos de estímulo à criação, à implantação e à manutenção de áreas verdes e de arborização urbana e a projetos de recuperação de ecossistemas alterados ou degradados.

Com a intenção de contribuir mais efetivamente para a preservação de locais de relevante significado ecológico, a Fundação O Boticário criou, em 1993, o **Programa de Áreas Naturais Protegidas**. A primeira ação desse programa foi adquirir uma propriedade de 2.300 hectares no litoral do Estado do Paraná, Brasil, e implantar a Reserva Natural Salto Morato.

A reserva abriga um importante remanescente da Mata Atlântica e nela são realizadas pesquisas científicas, atividades de educação ambiental e interpretação da natureza, além de recreação ao ar livre. O modelo de gestão de áreas naturais protegidas desenvolvido pela

Fundação O Boticário é considerado uma referência e, em 1999, a Reserva Natural Salto Morato foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade.

A expansão do Programa de Áreas Naturais Protegidas prevê a criação de outras reservas no país, voltadas à preservação e ao estudo de diferentes tipos de ecossistema.

Seguindo na linha do tempo, em 1999, a Fundação O Boticário transformou oficialmente em programa uma terceira frente de ação em andamento desde a sua origem – aquela direcionada à **Educação e Mobilização**. O trabalho é voltado tanto à difusão de valores e atitudes, quanto de conhecimentos acumulados e de tecnologias desenvolvidas pela Fundação. Sua pauta de atividades é ampla e abrange a edição de publicações, a promoção de seminários, oficinas e cursos para capacitar organizações e pessoas e a realização de eventos técnico-científicos, de exposições fotográficas itinerantes e exibições interativas permanentes em torno da temática da conservação ambiental, a exemplo da Estação Natureza.

Recursos Humanos e Financeiros

A Fundação O Boticário foi estabelecida em 1990 a partir do compromisso da sua mantenedora de doar o equivalente a US\$ 450 mil por ano para a manutenção e o desenvolvimento de atividades de conservação da natureza. Na época, as atividades eram gerenciadas por um diretor técnico e uma estagiária. Em 2002, a Fundação operou um orçamento anual de R\$ 5,45² milhões, com uma equipe de 32 funcionários, incluindo estagiários.

A organização conta, ainda, com o apoio de um expressivo grupo de consultores voluntários³, que atuam na avaliação técnica das solicitações de financiamento de projetos que chegam à Fundação.

2. Inclusive valores imobilizados em ativo fixo.

3. No início de 2003, a equipe de consultores voluntários da Fundação O Boticário somava 84 pessoas.

Tabela 1. Orçamento realizado⁴ 1991-2002

Orçamento realizado 1991 – 2002			
Ano	Despesas em cruzeiros (Cr\$)	Despesas em reais (R\$)	Total em US\$
1991	74.269.270,24	***	418.687,13
1992	1.159.805.191,54	***	286.697,62
1993	29.490.278,17	***	343.075,00
1994		315.756,91	315.156,08
1995		772.300,64	841.561,12
1996		814.703,05	810.488,51
1997		790.676,32	732.990,01
1998		1.186.071,23	1.021.506,53
1999		1.427.823,00	786.332,75
2000		2.268.228,00	1.239.807,60
2001		2.526.409,00	1.074.062,15
2002		3.558.334,00	1.214.075,54
Total	***	13.660.302,15	9.084.440,03
Investimentos - Imobilizado		1.385.852,53	1.067.897,47
Total		15.046.154,68	10.152.337,51

Nota explicativa da tabela:

- a. Por a Fundação não possuir registros em moeda estrangeira do montante total de suas despesas no período de 1991 a 1993, na tentativa de conversão da moeda nacional para o dólar notou-se que os valores das despesas se tornam praticamente nulos. Desta forma, foram demonstrados em dólares norte-americanos apenas os valores aprovados para projetos do Programa de Incentivo à Conservação da Natureza.
4. A terminologia "orçamento realizado" refere-se, no setor das fundações e dos institutos empresariais, ao montante de recursos efetivamente despendido no exercício. Doações da empresa O Boticário para a constituição do fundo patrimonial da Fundação O Boticário não são contabilizados como orçamento realizado.

Informações

Financeiras

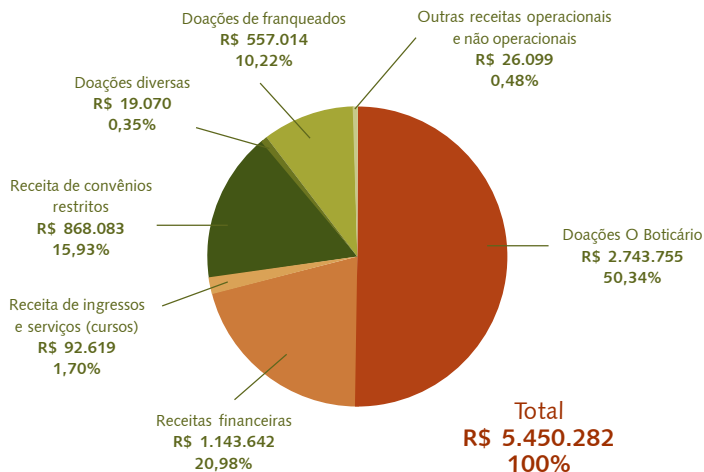
Dados preliminares demonstram que, no orçamento realizado pela Fundação O Boticário em 2002, 50,34% dos recursos vieram de doações da empresa mantenedora, efetuadas à base de 0,8% da receita líquida; 15,93% de convênios com empresas ou organizações sem fins lucrativos internacionais para projetos específicos⁵; 10,22% de doações da rede de franquados da empresa mantenedora; e 1,7% da venda de ingressos para visitas à Reserva Natural Salto Morato e Estação Natureza e de inscrições de cursos realizados pela fundação. A organização recebe, ainda, doações esporádicas de pessoas físicas e jurídicas que representaram, em 2002, 0,35% do orçamento realizado. Outras receitas (operacionais, não-operacionais e financeiras) totalizam 21,46% e são referentes a provisões contábeis e ao fundo patrimonial.

Embora a empresa mantenedora demonstre empenho em sustentar as atividades da Fundação O Boticário indefinidamente e encontre-se em situação financeira saudável e com negócios em crescimento, é desejo da Fundação O Boticário diversificar suas fontes de financiamento e conquistar maior autonomia financeira. Por isso a organização desenhou um conjunto de estratégias que vem implementando com maior intensidade desde 1996, entre as quais se destaca a constituição do fundo patrimonial.

5. Entre as organizações internacionais com quem a Fundação O Boticário mantém ou já estabeleceu convênios estão a The Nature Conservancy, John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, Interamerican Foundation, Fundação Avina, Environmental Law Institute e Duke University.

Tabela 2. Origem dos recursos

Recursos realizados em 2002

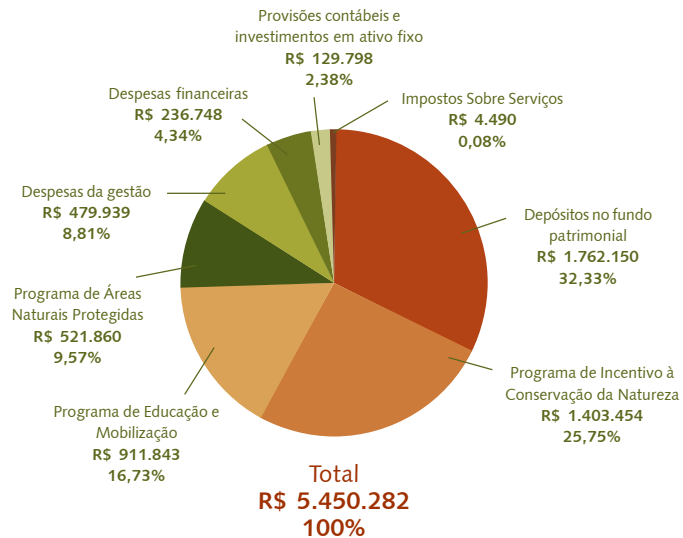


Notas explicativas da tabela:

- Os valores referentes a convênios restritos estão sendo considerados sob regime de competência, ou seja, de acordo com a utilização do recurso.
- As doações de O Boticário, franqueados, receitas de ingressos e as doações diversas levam em consideração o regime de caixa.
- As receitas operacionais e não-operacionais referem-se a descontos de duplicatas, alienação de imobilizados etc.
- As receitas financeiras não são utilizadas, mas adicionadas diretamente ao fundo.

Tabela 3. Alocação de Recursos

Alocação de Recursos em 2002



Em Busca de Sustentabilidade

A fragilidade implícita na dependência de uma única fonte de recursos para financiar as atividades de uma organização sem fins lucrativos foi vivenciada pela Fundação O Boticário logo no início de suas operações, quando a entidade contava apenas com doações negociadas ano a ano com O Boticário para operar.

Em 1992, o Brasil enfrentou uma grave crise econômico-financeira, que impactou os resultados da empresa mantenedora e impossibilitou a expansão dos trabalhos da fundação. Com uma grande demanda de apoio por parte da sociedade e a expectativa de crescimento e desenvolvimento de novas ações e programas, a instituição viu na captação externa de recursos uma saída para complementar seu orçamento.

Assim, em 1993, a Fundação O Boticário firmou um convênio com a organização norte-americana John D. and Catherine T. MacArthur Foundation, para financiar projetos voltados à conservação da Mata Atlântica e do Pantanal Matogrossense, dentro do Programa de Incentivo à Conservação da Natureza. O convênio previa a doação total de US\$ 240 mil num período de três anos (1993-1995) e subsidiou parte dos recursos necessários para a execução do programa.

A necessidade de estabelecer tal convênio provocou, no âmbito do relacionamento com a MacArthur Foundation, uma reflexão quanto à importância de se ter um fundo patrimonial

capaz de garantir, a partir de seus rendimentos, a atuação da entidade na eventualidade de a sua mantenedora encontrar-se impossibilitada de fazer aportes. Ao mesmo tempo em que financiaria as atividades da Fundação, um fundo patrimonial também serviria de lastro para a captação externa de recursos.

A proposta de criar um fundo patrimonial foi amadurecida em discussões com o Conselho da Fundação O Boticário e a cúpula da mantenedora. O estabelecimento de fundos patrimoniais para garantir a perenidade das organizações sem fins lucrativos não é prática comum no Brasil e faltava clareza quanto às vantagens e às implicações dessa estratégia, além de informações sobre os possíveis mecanismos de construção do fundo.

A princípio, a idéia de separar do conjunto de receitas da instituição um montante que poderia ser empregado em projetos e guardá-lo como reserva técnica para uso futuro soava como uma espécie de “imobilização” de recursos. Mas o desejo de criar condições para que a Fundação durasse além da existência de seus instituidores preponderou e o processo de implementação do fundo foi aprovado.

Iniciou-se, então, uma negociação para obtenção de apoio da MacArthur Foundation, que foi a incentivadora da idéia. Segundo o novo convênio firmado, a MacArthur Foundation

acordou doar, ao longo de cinco anos (entre 1996 e 2001), US\$ 1,25 milhão para financiar projetos de conservação da natureza da Fundação O Boticário no Brasil.

Como contrapartida, além da dotação anual tradicional, a empresa O Boticário comprometeu-se em doar para a Fundação O Boticário o dobro do valor captado junto à MacArthur Foundation, especificamente para a constituição do fundo patrimonial. Tais depósitos foram divididos em cinco parcelas anuais equivalentes a US\$ 500 mil cada.

O convênio com a MacArthur Foundation terminou no prazo previsto. Não obstante, a empresa O Boticário manteve sua política de doar o equivalente a US\$ 500 mil por ano para que a Fundação O Boticário continuasse a constituir seu fundo patrimonial, que permanece intocado. A intenção é vê-lo crescer a um ponto que seus rendimentos possam bancar a manutenção das suas três linhas programáticas, ficando os recursos captados com outras fontes reservados à ampliação do escopo de atuação da entidade.

Simulações realizadas internamente demonstram que, para que os rendimentos possam sustentar os programas básicos da Fundação e manter-se a salvo dos efeitos corrosivos da inflação, o fundo deverá somar algo em torno de R\$ 90 milhões.

Tabela 4. Evolução do Fundo Patrimonial (Endowment)

Ano	Depósitos Fundo R\$
1996	519.700,00
1997	558.250,00
1998	604.350,00
1999	894.500,00
2000	1.150.000,00
2001	1.159.813,04
2002	1.762.150,00
Subtotal	6.648.763,04
Rendimentos Líquidos (descontados 20% de IR e CPMF)	2.280.143,36
Total	8.928.906,40

Notas explicativas da tabela:

- a. Os valores dos depósitos anuais correspondem à conversão de US\$ 500 mil para moeda nacional, conforme as seguintes taxas cambiais: 1996 – US\$ 1 = R\$ 1,0394; 1997 – US\$ 1 = R\$ 1,1165; 1998 – US\$ 1 = R\$ 1,2087; 1999 – US\$ 1 = R\$ 1,7890; 2000 – US\$ 1 = R\$ 2,3000; 2001 – US\$ 1 = R\$ 2,3196; 2002 – US\$ 1 = R\$ 3,5243.
- b. O valor dos rendimentos é líquido, ou seja, já descontados o Imposto de Renda e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Diversificação de Fontes de Receita

À parte da constituição do fundo patrimonial, a Fundação O Boticário trabalha no incremento das doações obtidas com a rede de franqueados de O Boticário, tanto em valores arrecadados, quanto em número de lojas que contribuem para o financiamento de suas atividades.

Em 2002, a rede de franqueados constituiu-se na terceira principal fonte de recursos da Fundação, com 52% das lojas contribuindo para a instituição. O objetivo é elevar esse índice para 75% até 2007 e, para isso, a entidade desenhou uma estratégia de sensibilização que começou a ser implementada em 2003.

Outra frente de captação de recursos vista com boas perspectivas pela Fundação O Boticário é a venda de produtos que divulgam a importância da preservação do meio ambiente. A instituição possui uma marca de roupas e acessórios chamada Ecomoda, cuja comercialização gerava, até 2001, receitas em torno de R\$ 142 mil por ano.

A atividade foi revista e assumida pela empresa mantenedora, com transferência de *royalties* para a Fundação. Por trás dessa reestruturação está a intenção de aproveitar o *know-how* da área comercial da empresa O Boticário para tornar a captação de recursos pela venda de produtos mais eficiente, sem que a Fundação precise investir pesadamente em uma atividade-meio.

A médio e longo prazo, a instituição espera que essas e outras estratégias ajudem a ampliar a difusão e a adesão à sua causa, aumentando o volume de recursos que movimenta. A meta é fazer com que a captação de recursos externamente à mantenedora represente 50% da receita. As doações diretas de O Boticário, mantidas ao nível de, no mínimo, 0,8% do faturamento líquido da empresa, devem corresponder aos 50% restantes. Nessa equação, quem ganha é a sociedade: a empresa mantenedora sustenta o seu compromisso de investir na área social, ao mesmo tempo em que a Fundação por ela constituída conquista, pouco a pouco, perenidade.

Gerenciamento

Financeiro

A Fundação O Boticário tem por princípio direcionar todos os seus recursos humanos e financeiros para a sua missão em prol da proteção da natureza e utiliza a infraestrutura e as competências da sua mantenedora para realizar as demais atividades. É o caso do gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos do seu fundo patrimonial.

Essa tarefa é atribuição do departamento financeiro da empresa O Boticário e é desempenhada com base em premissas estabelecidas pela Fundação, sob orientação e supervisão do seu Conselho. Entre as premissas figura a orientação para a aplicação dos recursos nas opções mais rentáveis e de menor risco, em fundos considerados conservadores pelo mercado financeiro.

A Fundação O Boticário está elaborando um manual operacional com a descrição dos parâmetros de gerenciamento do seu fundo patrimonial, atendendo a uma diretriz da organização de sistematizar as práticas e os procedimentos de suas diversas áreas.

Políticas

e Cenário Regulador

Como norma geral, a utilização dos recursos de uma fundação deve estar restrita a atividades relativas à missão da instituição, e isso também vale para os montantes que compõem seu fundo patrimonial. Não existe, na legislação brasileira, regulamentação específica para o investimento de fundos patrimoniais de fundações sem fins lucrativos.

No Brasil, a criação de fundos patrimoniais ou de reserva técnica por fundações é vista de diferentes maneiras pelas Curadorias de Fundações, dependendo do estado, cidade ou município em que a instituição estiver sediada. Algumas entendem que a constituição de um fundo é um pré-requisito para a criação de uma fundação, outras que a aplicação de recursos para esta atividade é um desvio da finalidade da organização.

A Curadoria de Fundações do município de São José dos Pinhais, onde esteve sediada a Fundação O Boticário até 2002, entende a criação do fundo como um desvio da finalidade, uma ação especulativa, e defende que não é objetivo de fundações realizar operações financeiras. Entretanto, esforços têm sido feitos no sentido de esclarecer e instrumentalizar os curadores a respeito dessa importante possibilidade de autofinanciamento, utilizando como referência experiências nacionais e internacionais, além da própria lei.

A Fundação O Boticário tem preparada uma reforma estatutária para formalizar a definição do fundo como patrimônio da instituição, explicitar seus objetivos e possíveis destinações,

os limites para a sua utilização, bem como regras de movimentação. Entre elas, está o acesso anual máximo a 80% do rendimento líquido, de forma que o fundo continue crescendo mesmo que não haja novos depósitos, e o mínimo de três quintos dos votos dos membros do Conselho, em reunião convocada especificamente para esse fim, para dar qualquer destinação maior aos recursos do fundo. Para ganhar efeito, a reforma estatutária deverá ser apreciada e aprovada pelo curador de fundações a que a organização está subordinada.

No plano fiscal, os proventos do fundo patrimonial da Fundação O Boticário são tributados regularmente segundo normas-padrão do mercado financeiro brasileiro, exceto no caso do investimento em caderneta de poupança, que é por lei isento de impostos.

Sobre todas as outras modalidades de aplicação incidem o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para aplicações de prazo inferior a 30 dias e imposto de renda sobre os resultados da aplicação, cobrado mensalmente à taxa de 20% do rendimento. Qualquer movimentação de recursos é, ainda, indiscriminadamente taxada em 0,38% pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Algumas entidades representativas do terceiro setor, entre elas o GIFE, defendem a não-incidência de tributos sobre aplicações financeiras de entidades sem fins lucrativos de interesse público.

Conclusões e Recomendações

Ainda é prematuro avaliar o impacto que as principais estratégias de autofinanciamento da Fundação O Boticário – o fundo patrimonial, a ampliação da base de doadores e a venda de produtos, todas ainda em fase de implementação – têm sobre as atividades da organização. Todavia, já é perceptível que o processo de constituição de um fundo para sustentar os programas básicos da instituição e conferir-lhe longevidade amplia a sua capacidade de estabelecer convênios com organizações para a realização de projetos, sobretudo as agências internacionais, que valorizam muito esse tipo de instrumento.

Futuramente, quando o montante acumulado no fundo ganhar expressão e seus rendimentos crescerem, é esperado que ele impulse, por si só, a ampliação do trabalho da Fundação. Da mesma maneira, a venda de produtos é encarada como outra forma de trazer mais recursos a serem direcionados para a consecução da missão da Fundação.

As estratégias de autofinanciamento conferem maior autonomia institucional. A existência de um fundo patrimonial bem gerido denota compromisso com a causa, solidez e confiabilidade. São aspectos que transmitem tranquilidade e segurança e que são facilmente percebidos por parceiros, beneficiários e funcionários. Trazem, ainda, estabilidade à organização e permitem à sua equipe de profissionais dedicar sua capacidade criativa para o desenvolvimento dos seus programas.

Ao longo do processo de busca de maior autonomia financeira da Fundação O Boticário, a entidade vem colecionando uma série de aprendizagens que podem servir de auxílio a outras organizações interessadas em trilhar um caminho similar:

- A criação de um fundo patrimonial capaz de financiar as atividades de uma organização sem fins lucrativos absorve um montante importante. Optar por construir ou não um fundo é uma decisão institucional que parte do compromisso da instituidora com a causa abraçada pela fundação que criou e com o desejo de perpetuar ou não o trabalho dessa organização;
- Mesmo considerando o custo elevado dessa ação, a construção de um fundo patrimonial é uma meta perfeitamente atingível – basta que se tenha planejamento e determinação para isso. Na Fundação O Boticário, a constituição do fundo patrimonial é uma ação tratada com o mesmo nível de seriedade que as outras atividades, pois ela é encarada como um importante projeto da Fundação;
- É recomendável buscar a colaboração de profissionais especializados nas respectivas frentes de trabalho que visam ao autofinanciamento, inclusive amparo legal, a fim de potencializar esforços e evitar o desperdício de tempo em processos de tentativa

e erro. Assim, contar com a ajuda de um especialista em fundos patrimoniais que tenha experiência no mercado financeiro tradicional e conhecimentos específicos de terceiros setor é de grande valia, uma vez que a administração do fundo deverá ter como premissa a busca pela maior rentabilidade com o menor risco, o que torna viável somente a aplicação em fundos conservadores que exigem acompanhamento diário. O amparo legal, por sua vez, mostra-se extremamente necessário no processo de condução do tema no Ministério Público, sobretudo em países como o Brasil, onde não existe tradição por parte das fundações de estabelecer fundos patrimoniais.

- A gestão e o acesso aos recursos do fundo patrimonial devem obedecer a uma política clara e com critérios bem definidos, sempre a serviço da missão institucional. Tal política deve ser sistematizada em um manual e comunicada com transparência.

Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Rua Gonçalves Dias, 225

CEP 80240-340 - Curitiba (PR) - Brasil

www.fundacaoboticario.org.br



| GIFE | GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS | BRASIL |

Gestão 2002/2005

Presidente

Léo Voigt Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

Conselho Diretor

Albanisa Dummar Pontes	Fundação Demócrito Rocha
Álvaro Saldanha Machado	Fundação Belgo-Mineira
Ana Maria Wilhelm	Fundação Abrinq
Elizabeth Kfuri	Fundação Otacilio Coser
Hugo Barreto	Fundação Roberto Marinho
Ilona Becskeházy	Fundação Estudar
João Roncati	Fundação Educar DPaschoal
José Pinto Monteiro	Instituto Xerox
Liu Fat Kam	Fundação Romi
Miguel Milano	Fundação O Boticário

Rebecca Raposo

Diretora Executiva

O Investimento Social Privado e os Fundos Patrimoniais: um Estudo de Caso sobre o Desenvolvimento do Endowment da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza

Judi Cavalcante

Supervisão editorial

Sandra Mara Costa

Pesquisa e redação

Vinícius Precioso

Edição

Adriana Fonseca, Alexandre da Rocha

e Cláudia Cândido

Revisão

Via Imprensa

Concepção Gráfica

Esta é mais uma publicação do Centro de Referência Patrícia Bildner/GIFE